

O judiciário a serviço das finanças

Luciano Rodrigues Machado



Nome completo: Luciano Rodrigues Machado

Naturalidade: Brasileiro

Data de aniversário: 28/03/1960

Formação Profissional: Advogado, formado em Direito pela UFES, Mestre em Direito pela UGF, Professor de Direito Civil, sócio da sociedade Machado, Mazzei & Pinho Advogado, Diretor da OAB/ES, Coautor do livro Questões Processuais no Novo Código Civil.

Cargo no IBEF-ES: Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos.

Futuros projetos: como membro da Diretoria da OAB/ES, pretendo assumir uma postura mais firme junto ao Poder Judiciário e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para pleitear a adoção de medidas de melhora da prestação jurisdicional. No plano profissional, busco desenvolver estudo sobre o Novo Código Comercial. No IBEF-ES, estudarei os impactos da criação de um novo Código Comercial que pode gerar perdas anuais de mais de R\$ 26 bilhões para as empresas.

Que avaliação o senhor faz do trabalho desenvolvido como vice-presidente de assuntos jurídicos do IBEF-ES?

Como vice-presidente de assuntos jurídicos do IBEF-ES, juntamente com os demais membros da área jurídica, busco demonstrar aos associados a importância da realização de governança empresarial associada à governança jurídica, acima de tudo tributária, mediante planejamentos para reduzir os riscos fiscais de qualquer negócio. A área jurídica incentiva, também, a realização da gestão tributária da empresa, repassando orientações e indicações sobre medidas para tanto. O trabalho desenvolvido pela área jurídica é de suma importância para a sociedade capixaba, na medida em que contribui para a atuação das empresas de forma planejada, correta e com riscos fiscais mínimos. E, assim, propiciar o crescimento do Estado.

Qual a importância de entidades, empresas e profissionais participarem de uma Instituição como o IBEF-ES?

Dentre os diversos benefícios que a participação no IBEF-ES traz pode-se destacar a agregação de informações e experiências, além de relacionamentos sociais e profissionais. O IBEF-ES faz a troca de conhecimentos no ramo das finanças e em outras áreas. Proporciona também aos seus associados uma melhor compreensão dos negócios e do mercado, tanto em cenário estadual quanto nacional. Para intensificar esse intercâmbio de informações e experiência, o IBEF-ES promove eventos como cafés da manhã e almoços com palestras, onde convida palestrantes, referências na economia brasileira, para repassar conhecimento da área de finanças, entre outras participantes.

Reconhecido como um dos melhores advogados do Espírito Santo, o senhor poderia fazer um balanço do cenário jurídico do Estado nos últimos anos?

O Espírito Santo, sede de empresas como Samarco, Chocolates Garoto, Vale do Rio Doce e ArcelorMittal, possui um bom índice de crescimento econômico atrelado à criação de diversas empresas de pequeno, médio e grande porte. Esse cenário reflete, indubitavelmente, no aumento das demandas do judiciário. Ocorre, no entanto, que o judiciário capixaba há anos atravessa alguns problemas relacionados, principalmente, ao número escasso de juizes de primeiro grau. A falta de magistrados potencializou o problema da morosidade na resolução dos processos e impede que haja uma prestação jurisdicional rápida e condizente com o interesse dos jurisdicionados.

A morosidade do sistema, invariavelmente, prejudica as empresas que veem processos de grande importância se arrastando por anos, o que causa impacto nos custos transacionais das empresas e, conseqüentemente, prejudica o desenvolvimento econômico do Estado. Acredita-se que haverá uma melhora modesta em razão da recente nomeação de novos juizes, aprovados no último concurso. Nada obstante, o número de magistrados continuará reduzido para as condições e demandas do cenário capixaba atual.

O senhor atua em algum projeto paralelo ao IBEF-ES que gostaria de dar destaque?

Atualmente, estou trabalhando na ampliação da área de Direito Público e Administrativo do meu escritório de advocacia, onde abordo, questões relativas à improbidade administrativa e ao direito eleitoral, mediante capacitação e fortalecimento de equipe para atuação específica nessa área.